

CARACTERIZAÇÃO DA ESTRUTURA DOS DOMICÍLIOS NO ESTADO DE GOIÁS – 2002 A 2006

Eurípedes Bastos Siqueira¹

RESUMO

Neste estudo, analisou-se a estrutura domiciliar do Estado de Goiás-2002 a 2006, com o objetivo de conhecer e identificar os fatores que a compõem. A metodologia utilizada foi a Pesquisa Nacional de Amostra Domiciliar-PNAD, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE, a qual possui um amplo banco de dados, o trabalho foi desenvolvido a partir de referencial teórico específico e de normas. Assim foi possível conhecer a estrutura domiciliar do Estado de Goiás, identificar seus fatores que o nível regional, contribuiu de forma decisiva para a nova configuração regional e sua geografia econômica. As alterações apresentadas pressupõem o desenvolvimento econômico do Estado de Goiás nas últimas décadas. Este estudo objetiva identificar a estrutura domiciliar do Estado de Goiás, tendo como objetivos específicos: conhecer a composição da estrutura domiciliar do Estado de Goiás durante o período de 2002 a 2006; e conhecer a composição de aparelhos eletroeletrônicos (TV em cores, computadores inclusive máquinas de lavar roupa, freezer, etc.). Com base nos resultados conclui-se que a nova configuração domiciliar do Estado de Goiás apresentou aumento no rendimento domiciliar que, em 2002 era de meio até um salário mínimo, para mais de um até dois salários mínimos; outro item importante refere-se ao número de moradores por domicílio que, passou de dois para cinco respectivamente. Além de apresentar variações importantes em diversos itens, tais como: água canalizada; telefone móvel celular; aumento do número de televisores em cores dentre outros itens. Conclui-se que a estrutura domiciliar do Estado de Goiás apresentou melhora significativa, no período analisado.

Palavras-chave: Estrutura domiciliar, renda, política social e desenvolvimento.

¹ Contador, pós graduado em Análise e Auditoria Contábil, mestrando em Desenvolvimento e Planejamento Territorial, pela UCG, professor universitário, coordenador do curso de Ciências Contábeis, do Centro de Ensino Superior de Catalão - CESUC, Consultor Financeiro, sócio proprietário da empresa Renascer Consultoria e Projetos Ltda.

1. Introdução

Para entender a estrutura dos domicílios no Estado de Goiás, faz-se necessário compreender parte de sua história, que está ligada diretamente ao setor agrícola.

A partir das décadas de sessenta e setenta, com o desenvolvimento econômico o uso da tecnologia na atividade agrícola contribuiu diretamente para o êxodo rural, tendo como conseqüência direta o crescimento da população nos centros urbanos. Isto se justifica uma vez que a atividade agrícola apresenta características particulares, em função do seu grau de risco e incerteza, tais como: variações climáticas, pragas e doenças, além da política governamental e preços.

Outro aspecto não menos importante é a intervenção do Estado na economia, por meio da política econômica, tem influenciado tanto de forma direta como indireta nas decisões dos produtores agrícolas, por meio da fixação da política de preços mínimos, utilizando o crédito de comercialização do Governo Federal, trazendo uma maior estabilidade no mercado agrícola.

O desenvolvimento tecnológico tem aumentado a produtividade e reduzido custos no campo, sendo que nos centros urbanos o efeito é inversamente proporcional, isto é, a cidade tem recebido um grande contingente de mão de obra não especializada, provocando um crescimento desordenado, aparecimento de favelas, bairros sem infra-estrutura, básica como, água, esgoto, energia, escolas, segurança. E esse contexto contribui para uma nova caracterização da estrutura domiciliar no Estado de Goiás.

Este trabalho compõe a estrutura domiciliar no Estado de Goiás, desenvolvidas num contexto socioeconômico. A importância da análise é identificar as mudanças no sentido da estrutura domiciliar no que diz respeito à renda, propriedade do domicílio e utensílios utilizados. Para o desenvolvimento dessa dissertação será utilizado dados da Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios – PNAD, compreendidos no período de 2002 a 2006.

2. Distribuição de Renda

O desenvolvimento brasileiro está, sem dúvida, ligado à distribuição de renda no País. O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, que a mais de cinquenta

anos vem contribuindo com crescimento da economia, em função dos desequilíbrios regionais na configuração de uma política nacional de desenvolvimento.

Para Cano (1985), nos últimos quarenta anos houve uma inflexão na dimensão regional brasileira, não se pode mais pensar em pobreza e exclusão social de forma regionalizada. É preciso construir uma política nacional de desenvolvimento e a ela vincular uma política de desenvolvimento regional. Dessa forma, as políticas específicas setoriais, sociais e regionais, devem obrigatoriamente ser compatíveis entre si, mas que sejam vinculadas e subordinadas a uma política nacional de desenvolvimento. Uma vez que a distribuição do PIB brasileiro não é homogênea, como se observa no quadro 1:

Quadro 1: Brasil: Distribuição do PIB entre as Macrorregiões

| MACRORREGIÕES | 1980 | 1985 | 1998 | 2000 |
|----------------------|---------------|---------------|---------------|---------------|
| 1. Norte | 3,18 | 3,87 | 4,48 | 4,60 |
| 2. Nordeste | 11,90 | 13,06 | 13,05 | 13,09 |
| 3. Centro-Oeste | 5,59 | 8,77 | 6,84 | 6,95 |
| Sub-Total | 20,67 | 25,70 | 24,37 | 24,64 |
| 4. Sudeste | 62,35 | 57,60 | 58,16 | 57,79 |
| 5. Sul | 16,98 | 16,70 | 17,47 | 17,57 |
| TOTAL | 100,00 | 100,00 | 100,00 | 100,00 |

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE

A riqueza em um país com grande extensão territorial, caso do Brasil, a distribuição de renda é sem dúvida um fator preponderante para o desenvolvimento das regiões, como se observa no quadro acima. As regiões mais desenvolvidas são exatamente aquelas que apresentam maior participação do PIB, caso das regiões sudeste e sul, que em 2000 tiveram um índice de 57.79% e 17.57% respectivamente. A região centro-oeste ocupa a quarta colocação no ranque de distribuição do produto interno bruto à frente somente da região norte e bem distante da região nordeste, terceira colocada. Este painel tende a melhorar em função do crescimento da capital federal, Brasília, e do franco desenvolvimento dos estados de Goiás e Mato Grosso do Sul nos últimos anos, como se observa no quadro dois:

Quadro 2: Brasil: distribuição do valor da transformação industrial e do emprego, segundo grandes regiões nos anos de: 1970 – 1985 e 1990.

| REGIÕES | 1970 VTI | EMPREGO | 1985 VTI | EMPREGO | 1990 VTI | EMPREGO |
|--------------|-------------|---------|-------------|---------|-------------|---------|
| Norte | 0.8 | 1.5 | 2.5 | 2.7 | 3.1 | 2.6 |
| Nordeste | 5.7 | 10.2 | 8.6 | 10.8 | 8.4 | 11.8 |
| Centro-Oeste | 0.8 | 1.4 | 1.4 | 2.2 | 1.8 | 2.1 |
| Sudeste | 80.8 | 69.7 | 70.9 | 64.2 | 69.3 | 63.1 |
| Sul | 12.0 | 16.9 | 16.7 | 20.0 | 17.4 | 20.3 |

Fonte: IBGE. Censos Industriais, 1970; 1985.

IBGE. Censo Demográfico, 1991, dados preliminares.

Nota: O emprego é para o ano de 1991, segundo a RAIS.

No primeiro momento parece não ser muito favorável à colocação da região centro-oeste na distribuição do valor da transformação industrial nos últimos anos em nível de Brasil, mas chama-se atenção para o crescimento apresentado, como se observa no quadro dois. A região centro-oeste apresenta um crescimento no valor de transformação industrial e de emprego de 125% e 50% respectivamente.

Há desenvolvimento de novos pólos industriais dinâmicos, com predominância das metrópoles e cidades médias da região centro-sul. Com a expansão da fronteira agrícola (grãos e cana), especialmente na região centro-oeste, mais precisamente no Estado de Goiás, com a instalação 18 novas usinas de álcool, sem falar da força e do crescimento da pecuária. Todo esse fator tem apresentado efeitos econômicos sobre as atividades urbanas e industriais do Estado, por meio de novos ciclos de expansão, com ênfase menor na disponibilidade de recursos naturais ou de mão-de-obra não qualificada, pelo contrario, apresentando trabalhadores qualificados em permanente processo de renovação de conhecimentos, centros de pesquisas, recursos humanos especializados, ambiente cultural, etc.

Meio ao quadro apresentado faz-se necessário destacar alguns aspectos importantes, tais como:

- Necessidade de uma redistribuição de renda e de ativos e;
- Necessidade de uma preocupação ambiental.

Que através de uma política que apresente condições socioeconômicas, culturais e ambientais gerais, possa contemplar uma melhora nas condições de trabalho, com melhora em seu ambiente, mais investimentos na educação, na infra-estrutura (água e esgoto), serviços sociais de saúde, com uma política habitacional e de produção agrícola de alimentos. Esse conjunto de fatores fará com que em médio prazo melhore a distribuição de renda.

O Estado de Goiás apresenta uma enorme disparidade na distribuição de renda, não sendo, portanto muito diferente do Brasil, com o crescimento dos grandes centros urbanos, as cidades crescem desordenadamente, pela inexistência muitas das vezes de um plano diretor eficiente, capaz de equacionar os graves problemas sociais que o crescimento desordenado das cidades apresenta, já em curto prazo. O efeito estufa (inchaço) a borda dos grandes centros urbanos, trazem conseqüências em curto prazo com tendência de aumento das disparidades sociais. A velocidade é tão grande que o estado não tem tempo de se adequar à nova realidade, uma vez que o processo burocrático é lento e ineficaz.

As conseqüências desse crescimento desordenado fazem com que a crise cresça vários fatores contribuem em de forma direta, como o grande número de idosos e o aumento das doenças crônicas, criam um peso financeiro crescente para o sistema de saúde, conseqüentemente aos cofres públicos, que por falta de uma eficiência administrativa, a maquina estatal não consegue serem eficiente, quantos aos problemas, não param por ai, a ausência de creches, a falta de segurança nos bairros, principalmente na periferia, onde a criminalidade é mais latente, na educação também o fraco desempenho estatal esta presente, com poucas exceções.

Diante de tal realidade de desigualdade, é preciso que o estado adote uma política e comece a esboçar uma reação, disseminando conhecimento e informações sobre as relações entre os determinantes sociais, que promova apoio, elaboração, coordenação, seguimento e avaliação de políticas, programas e intervenções governamentais e não governamentais realizadas em nível regional e em todo território brasileiro, desenvolver ações de promoção junto a diversos setores da sociedade civil, com o propósito da diminuição das iniquidades nas disparidades sociais.

Para Cardoso (1994), diminuir a distância entre o rico e o pobre, é preciso, então, conhecer os objetivos que essas políticas pretendam atingir. Frequentemente, esses

objetivos são enunciados de forma tão vaga e geral que se torna praticamente impossível avaliá-los na sua natureza ou na sua compatibilidade com os resultados alcançados. É possível pensar, nesses casos, que a não existência de metas claras e previamente definidas já pode ser entendida como um critério avaliativo, por si só, correspondendo a uma baixa capacidade política, técnica ou administrativa de formulação.

Essas disparidades são justificadas por meio de dois padrões institucionalizados de relações dentro do estado, sendo eles:

O universalismo de procedimentos, que corresponde à afirmação de um regime burocrático racional legal e democrático. Este corresponde a um processo de modernização e de complexificação da sociedade moderna, em que a dinâmica da estratificação da estrutura de classes deixa espaço para a existência de uma multiplicidade de grupos de interesses.

Já o segundo padrão é o clientelismo, que se baseia no desenvolvimento de relações de subordinação, assimétricas, que vão do compadrio à proteção e à lealdade política. Estes dois padrões estão presentes até hoje na sociedade brasileira e local, fazem com que se justifica a grande diferença econômica entre as camadas sociais.

A intensificação por demanda de políticas sociais tem sido uma estratégia adotada por vários políticos em nosso país, que com isso aumentam sua aceitação no comando das políticas públicas, essa tem sido sem dúvida a grande preocupação de boa parte dos políticos brasileiros, querem se perpetuar na gestão da máquina estatal. Com essa estratégia, eles vêm contribuindo de forma determinante para uma melhor distribuição de renda e queda na desigualdade social, por meio de programas de transferência de renda, que segundo dados do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, no período de 2001-2004, esses programas geraram uma redução de 25% nessa desigualdade social.

Parece não ser um dado tão importante, mas é sem dúvida uma grande contribuição, uma vez que essa ação tem sido desenvolvida em uma faixa de extrema pobreza e de grande desigualdade social, gerando inclusão no meio social. De certa forma contribui com o combate à desnutrição, trazendo mais dignidade ao cidadão e sua prole. Sem mencionar que de certa maneira contribui com o fraco desempenho do mercado de trabalho entre os mais pobres.

A distribuição desses recursos é institucionalizado pelo governo, e está prevista na Constituição Federal, em seu artigo 159, inciso I, alínea a, sendo portando importante

instrumento de redistribuição da renda nacional, visto que promove a transferência de recursos arrecadados em regiões mais desenvolvidas para regiões menos desenvolvidas do país. Segundo dados do TCU – Tribunal de contas da União.

Quadro 3: Participação dos estados no Fundo de Participação dos Estados

| REGIÃO | % |
|------------------|---------------|
| Norte | 25,37 |
| Nordeste | 52,46 |
| Centro-Oeste | 7,17 |
| Sul | 6,52 |
| Sudeste | 8,48 |
| T O T A L | 100,00 |

Fonte: Tribunal de Contas da União

Observa-se no quadro 03 a baixa participação da região centro oeste na distribuição desses recursos, isso se explica pela falta de coordenação política dos estados que compõem estas regiões, as regiões norte e nordeste participam com um total de 77,83% enquanto a região Centro-Oeste participa com 7,17%.

Quadro 4: Composição da Estrutura Domiciliar de Goiás em 2002 E 2006

| ITENS DA ESTRUTURA DOMICILIAR | Em 2002 | Em 2006 |
|--|---|---|
| Tipo de Domicílio | Casa - 93.2% | Casa - 94.4% |
| Material predominante nas paredes externas | Alvenaria - 98.6% | Alvenaria - 99,2% |
| Material predominante na cobertura (telhado) | Telha - 93.6% | Telha - 94.1% |
| Número de cômodos | Cinco - 23.7% | Cinco - 26.4% |
| Total de moradores | Dois - 18.9% | Quatro - 24.7% |
| Condição de ocupação do domicílio | Próprio - já pago 64.6%. | Próprio - já pago 64.9%. |
| Propriedade do terreno | 97.0% - sim | 98.4% - sim |
| Água canalizada em um dos cômodos | 93.1% - sim | 97.8% - sim |
| Banheiro ou sanitário no domicílio/propriedade | 96.3% - sim | 98.6% - sim |
| Destino do lixo domiciliar | 82.3% coletados diretamente | 84.3% coletados Diretamente |
| Forma de iluminação do domicílio | 97.9% elétrica (de). Rede, gerador ou. (solar). | 99.3% elétrica (de). Rede, gerador ou. (solar). |

| | | |
|--|-------------------------------------|-----------------------------------|
| Possui telefone fixo | 51,5% - sim | 40,5% - sim |
| Possui telefone móvel (celular) | 34,7% - sim | 71,2% - sim |
| Possui fogão de 2 bocas ou mais | 99,0 – sim | 99,1 – sim |
| Possui algum tipo de filtro de água | 77,5% - sim | 71,7% - sim |
| Possui televisão em cores | 84,6% - sim | 92,1% - sim |
| Possui geladeira de uma porta | 80,4% - sim | 75,3% - sim |
| Possui freezer | 85,4% - não | 84,9% - não |
| Possui máquina de lavar roupa | 83,4% - não | 76,3% - não |
| Possui microcomputador no domicílio | 83,4% - não | 84,7% - não |
| Este microcomputador é utilizado para acessar a internet | 66,9% - sim | 66,1% - sim |
| Rendimento domiciliar | * mais de 1 2 até 1 salário mínimo. | Mais de 1 até 2 Salários mínimos. |

Fonte: Elaborado pelo autor, conforme dados do PNAD – IBGE 2002 a 2006.

* dados do ano de 2004.

3.0 Critério de Classificação Econômica Brasil

O Critério Brasil é validado e utilizado como referência desde 1997. A classificação aqui apresentada tem como base os resultados apurados no ano de 2006. É feita utilizando a posse de bens e na renda familiar. A padronização do sistema em todo o território brasileiro é que permite ao mercado, comparar resultados de pesquisas realizadas em locais diferentes, por empresas diferentes e em períodos diferentes. Sendo o Brasil um país com vasta dimensão territorial, é difícil garantir uma perfeita uniformidade geográfica, mas deve estar atento a isto e fazer o possível para evitar itens em que haja grande disparidade entre regiões por motivos alheios à capacidade de consumo. Por exemplo, ar condicionado é usado mais em função do clima do que da capacidade de consumo.

Foram utilizados os dados do levantamento sócio econômico edição 2005, da do IBOPE Mídia, distribuídos por nove regiões metropolitanas: Belo Horizonte, Brasília, Curitiba, Fortaleza, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro, Salvador e São Paulo.

As classes definidas são A1, A2, B1, B2, C, D e E, como se vê no quadro a seguir:

Quadro: 29 Renda Média Familiar Por Classe (em reais)

| Classe | Renda Familiar Média |
|-----------|----------------------|
| Classe A1 | 9.733,47 |
| Classe A2 | 6.563,73 |
| Classe B1 | 3.479,36 |
| Classe B2 | 2.012,67 |
| Classe C1 | 1.194,53 |
| Classe C2 | 726,26 |
| Classe D | 484,97 |
| Classe E | 276,70 |

Fonte: Ibope Mídia -2005

Esse critério foi construído para definir grandes classes que atendam às necessidades de segmentação (por poder aquisitivo) da grande maioria das empresas. Não pode, entretanto, como qualquer outro critério, satisfazer todos os usuários em todas as circunstâncias. O Critério Brasil está relacionado com o poder de compra dos indivíduos e famílias urbanas do país. É definido a partir do Levantamento Socioeconômico- LSE do IBOPE, visando à classificação da população em classes econômicas.

O entrevistado dessa pesquisa tem que responder a questões sobre patrimônio, bens duráveis e não-duráveis que possui em seu domicílio, grau de instrução do chefe de família, e demais questões que servirão para inseri-lo numa determinada classe.

O levantamento mapeia características sociais, demográficas e econômicas das famílias nas nove principais regiões metropolitanas do Brasil, o Levantamento Sócio Econômico - LSE verifica as características físicas de cada domicílio, os dados demográficos de cada morador e a posse.

O Critério de Classificação Econômica Brasil, enfatiza sua função de estimar o poder de compra das pessoas e famílias urbanas, abandonando a pretensão de classificar a população em termos de “classes sociais”.

A Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa-ABEP, apresenta os critérios de classificação por diversos países, como se observa a seguir:

Inglaterra, Índia e Portugal utilizam como critério os itens:

- Profissão / Working status;

- Grau de instrução do chefe da família.

Enquanto a Alemanha e Japão utilizam os seguintes critérios:

- Idade;
- Cargo ocupado pelo chefe da família;
- Cargo ocupado pelos demais membros da família.

Argentina utiliza:

- Grau de instrução do chefe da família;
- Cargo ocupado;
- Posse de 10 itens;
- Posse de automóveis.

O México considera:

- Grau de instrução do chefe da família;
- Características da residência:
 - ✓ Aparência externa;
 - ✓ Número de cômodos;
 - ✓ Número de tomadas.
- Presença de empregadas domésticas;
- Posse de duráveis e
- Existência de aquecimento de água.

O Chile em seus estudos utiliza os seguintes critérios:

- Renda familiar;
- Tempo de estudo;
- Localização e tipo de residência;
- Tipo de móveis e decoração;
- Posse de eletrodomésticos;
- Posse de automóveis;
- Presença de empregados domésticos e

- Condições e qualidade da construção.

A Colômbia considera os seguintes fatores:

- Nível de moradia;
- Localização da residência e
- Existência de serviços públicos.

A Venezuela utiliza como critério os itens:

- Tamanho da residência;
- Número de cômodos;
- Localização.

Com base no novo Critério Padrão de Classificação Econômica do Brasil, utilizado a partir do ano de 2008, tendo como base os dados de 2006, são considerados os seguintes itens:

- Televisão em cores;
- Rádio;
- Banheiro;
- Automóvel;
- Empregada mensalista;
- Aspirador de Pó;
- Máquina de lavar;
- Videocassete e/ou DVD;
- Geladeira;
- Freezer e
- Renda familiar.

4.0 CONSIDERAÇÕES GERAIS

Este trabalho teve como objetivo principal a caracterização da Estrutura Domiciliar no Estado de Goiás. Após uma ampla pesquisa bibliográfica, onde inicialmente buscou informações sobre o Estado de Goiás no início do século XX, que naquela época apresentava uma economia basicamente de subsistência, vivia quase isolado das outras Unidades da Federação.

Já no início de 1930, um fato despertou a possibilidade da transferência da antiga capital, Vila Boa, bandeira que foi empunhada por Pedro Ludovico Teixeira, com apoio do Governo Federal que buscou forças e realizou essa grande mudança.

A partir desta data Goiás conheceu um pool de desenvolvimento, a capital que fora projetada para cinquenta mil habitantes, hoje encontra com mais de um milhão e duzentos mil habitantes.

Para identificar a estrutura domiciliar foi consultadas diversas fontes de pesquisas, sendo através da Pesquisa Nacional de Amostra Domiciliar – PNAD, informações que pertence ao banco dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatístico – IBGE, referente aos anos de 2002, 2003, 2004, 2005 e 2006.

Apesar de ter sido feita uma análise mais ampla, foram considerado somente os itens em comum com o Critério de Classificação Econômica Brasil, que estão mencionados nas páginas 65/66 do referido trabalho.

De acordo com o quadro 28, pode-se constatar que as desigualdades diminuíram substancialmente no período de análise. O perfil da vida dos goianos medida pela estrutura domiciliar subjacente da melhoria da estrutura dos domicílios advinda da flutuação das mudanças do setor agroindustrial do Estado. Outro indicador que reflete o crescimento econômico do Estado é a queda na desigualdade domiciliar e a ascensão das classes D e E para a classe C, houve um aumento do poder aquisitivo das famílias, que puderam equipar melhor suas casas.

O número de domicílios com televisores em cores cresceu em cerca de 8,87%; quanto ao números de domicílios que possuem rádio apresentou uma variação positiva de apenas 1,56% em acompanhando uma inserção paulatina na sociedade da informação.

Comparando a estrutura domiciliar dos anos de 2002 e 2006, observa-se um aumento no rendimento domiciliar, que em 2002, era de meio até um salário mínimo, para

mais de um até dois salários; outro aspecto que apresenta uma pequena alteração positiva na composição da estrutura domiciliar é o número de domicílios com banheiros, na ordem de 2,39%, já ao item máquina de lavar roupa, apresentou um aumento substancial na de ordem de 42,77%,

O número de geladeiras apresentou um crescimento na ordem de 4,60% enquanto os aparelhos de freezers tiveram um aumento de 3,42%.

A variação apresentada em percentuais não apresenta a mesma leitura se comparado com o aumento em números de aparelhos.

Os demais itens constantes no quadro 28 servem apenas como informação complementar ao leitor.

Não é pretensão esgotar esse assunto, e sim deixar uma contribuição positiva para avaliação da estrutura domiciliar no Estado de Goiás, onde em futuros trabalhos pode-se melhorar e ou atualizar as informações aqui apresentadas.

REFERÊNCIAS

BRAUDEL, F. **Civilização material, economia e capitalismo, séculos xv-xviii, da academia francesa**; tradução Telma Costa. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

CANO, W. **Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil (1930-1970)**. Campinas-SP: Global Editora, 1985.

_____. **Questão regional e urbanização no desenvolvimento econômico brasileiro pós-1930**. Anais ABEP, v. 2, Olinda, 1998.

CASTELLS, M. **A questão urbana**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2000.

CASTRO, A & LESSA, C. *Introdução á Economia: Uma Abordagem Estruturalista*. Rio de Janeiro, FORENSE UNIVERSITÁRIA, 1974.

DINIZ, C.C. **desenvolvimento poligonal no Brasil**: Nem desconcentração nem continua polarização. Revista Nova Economia, Belo Horizonte, v. 3, n.1, 1993.

_____. **A nova configuração urbano-industrial no Brasil. Unidade e fragmentação: A Questão Regional do Brasil**. São Paulo: Perspectiva, 2002.

ESTEVAM, L. **O tempo da transformação**. Goiânia: Editora da Universidade Católica de Goiás, 2004.

GONÇALVES, M. F.; BRANDÃO, C. A.; GALVÃO, A. C. F.. **Regiões e cidades, cidades nas regiões: O desafio urbano-regional**. São Paulo: UNESP: ANPUR, 2003.

IPEA/IBGE/NESUR (IE-UNICAMP). **Caracterização e tendências da rede urbana do brasil**. Volumes 1 e 2. Campinas: UNICAMP, 1999.

MARICATO, E. **A cidade do pensamento único: Desmanchando consensos**. Petrópolis-RJ: Vozes, 2000.

MOYSES, A. **Cidade, segregação urbana e planejamento**. Goiânia: ed. UCG, 2005.

_____. **Goiânia: metrópole não planejada**. Goiânia: ed. UCG, 2004.

MUMFORD, L. **A cidade na história: Suas origens, transformações e perspectivas**; tradução Neil R. da Silva. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

PACHECO, C. A. **Fragmentação da nação**. Campinas-SP: UNICAMP, 1998.

PALACIN, L. G.; MORAES, M. A. de S. **História de goiás**. 6ª ed. Goiânia, 1994.

PIETRAFESA, J. P.; BORBA, O. de F.; SILVA, D. C. S.; PEREIRA, L. L. I.. **Do contexto ao texto**. Anápolis-GO: Uni Evangélica, 2006.

RIBEIRO, L. C. de Q. C. **Questão urbana, desigualdades sociais e políticas públicas: um avaliação do programa nacional de reforma urbana**. Rio de Janeiro, IPPUR-UFRJ-FASE, 1994.

RICHARDSON, H. W. **Elementos de economia regional**. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

SANTOS, M. **A urbanização brasileira**. São Paulo: USP, 2005.

_____. **Por uma economia política da cidade: O caso de São Paulo**. São Paulo: PUC, 1994.

SICSÚ, J.; PAULA, L. F.; RENAUT, M., (org). **Novo-desenvolvimento: Um projeto nacional de crescimento com equidade social**. Barueri: Monole. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2005.

SINGER, P. **Economia política da urbanização**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

SOUZA, M. L. de. **O desafio metropolitano: um estudo sobre a problemática sócio-espacial nas metrópoles brasileiras**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.